

Ação coletiva, trabalho e as novas mobilizações: o espaço e o modo.

Adriano Campos¹

Este texto procura avançar uma reflexão da relação estabelecida entre os novos momentos de mobilização social do último biênio e as formas tradicionais de organização coletiva dos trabalhadores. Para tal é dado um enfoque à evolução histórica das instâncias estruturadoras dessas relações, como a esfera laboral, e ao plano do espaço como esfera determinante desse processo.

Palavras-chave: mobilização social; Estado; movimento dos trabalhadores; espaço social.

Introdução

Os últimos anos foram marcados por uma crescente onda de mobilizações à escala global. Os levantes árabes contra as ditaduras, a ocupação das praças gregas e espanholas contra a imposição do governo dos mercados, as manifestações anti-troika em Portugal, a convulsão social vivida nas ruas do Brasil por conta do aumento no preço dos transportes, são alguns dos exemplos maiores daquilo que podemos classificar como uma nova vaga inaugural de protestos. A escala e cadência alcançada por estas manifestações, com particular intensidade para o último biênio, confronta os analistas sociais com a necessidade de aclaração dos elementos comunicantes e replicadores do protesto presentes nos diversos locais onde estes tiveram lugar. De igual forma, a decifração da transformação imposta por estas mobilizações ao nível das organizações políticas que partilham do mesmo etos programático – defesa do salário, do emprego, do Estado social, da democracia participativa – as de cariz sindical, primeiramente, é uma via possível para o melhor enquadramento histórico e relacional deste fenómeno.

Num outro plano, a defesa do espaço urbano como recinto da plêiade cidadã reivindicativa, consubstanciada na heterogeneidade das exigências presentes nos protestos, aviva as possibilidades política contidas no processo de urbanização. O fato de termos assistido, nos corações das cidades, a novas formas de intercâmbio político

¹ Doutorando em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) – *Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo*.

capazes de abarcar grupos sociais até então ausentes da expressão urbana máxima da contestação, a rua, vai ao encontro do otimismo presente na obra de David Harvey. A polarização entre o violento, impetuoso e castrador processo de compressão urbanística causado pela industrialização capitalista e a articulação humana e política levada a cabo por aqueles que habitam e socializam nesse espaço constitui, segundo ele, um choque principal entre dois projetos para a humanidade (2004). Nessa senda, iremos analisar aqui alguns tópicos da expressão rebelde presentes no processo de urbanização de forma a aferir as similitudes, ou a sua ausência, com a nova vaga de mobilizações.

O retorno da «rua» como fronteira.

A 25 de setembro de 2011, dia de manifestação contra as medidas de austeridade em Madrid, uma imagem marca o dia: Alberto Casillas Asenjo, o empregado de mesa de um restaurante situado nas imediações da Praça Neptuno (sede do Congresso Nacional) impede a entrada da polícia de choque no estabelecimento onde se refugiam dezenas de manifestantes em fuga. A manifestação convocada pela *coordinadora 25s* – plataforma que agrupa dezenas de coletivos formados pelos movimentos das acampadas e assembleias populares existentes desde a manifestação inaugural de 15 de Maio de 2011 – tinha como mote *o rodeo al Congreso*, cerco ao Congresso Nacional, e avançava no seu manifesto² com a necessidade de resgatar a democracia perante o sequestro da soberania popular pelos mercados e pela troika. O cerco não chegou a ter lugar perante a musculada intervenção policial e um pequeno grupo dos milhares de manifestantes que fugiam à carga encontrou abrigo no espaço guardado por Alberto Asenjo. A imagem forte, e em certa medida romântica, protagonizada por este empregado de mesa é o nosso ponto de partida para a análise de uma fronteira que retorna à cena política europeia: a rua.

² <http://coordinadora25s.wordpress.com/manifiesto/> [data de acesso:10.01.2013].



A cidade moderna, na sua organização sócioespacial, contém em si mais do que o conhecido processo de urbanização levado a cabo pela revolução industrial – desde a transferência forçada de massas humanas vindas do campo, até à edificação burocrática e administrativa de aparelhos capazes de suportar a reprodução da vida quotidiana nos novos centros. As ruas das principais cidades europeias do século XIX albergam um novo arquétipo de ser social, o *homem moderno*. É para os perigos que enfrenta esse novo ser que nos alerta Marshal Berman (1982:174), quando na sua obra se serve do poema em prosa de Baudelaire³ para descrever a rua moderna como um novo espaço social:

“É esse, pois, o palco da cena moderna primordial de Baudelaire: «atravessava a avenida, com muita pressa, chapinhando na lama, no meio do caos, com a morte galopando na minha direção, vinda de todos os lados.» O homem moderno arquétipo, como o vemos aqui, é o peão lançado no turbilhão do tráfego da cidade moderna, um homem sozinho, lutando contra um aglomerado de massa e energias pesadas, velozes e mortíferas. O borbulhante tráfego da rua e da avenida não conhece fronteiras espaciais nem temporais, espalha-se por todos os espaços urbanos, impõe o seu ritmo ao mesmo tempo de todas as pessoas, transforma todo o ambiente moderno em «caos». O caos aqui não reside apenas nos que passam – cavaleiros ou cocheiros, cada qual procurando abrir o melhor caminho que pode haver – mas na sua interação, na totalidade dos seus movimentos num espaço comum. Isso faz da avenida um símbolo perfeito das contradições internas do capitalismo: racionalidade em cada unidade capitalista individualizada, que conduz à irracionalidade anárquica do sistema social que reúne todas essas unidades.”

³ O poema intitula-se *A Perda do Halo* e desenvolve-se sob a forma de diálogo entre um poeta e um «homem comum», diálogo que se trava em *un mauvais lieu*, um lugar sinistro ou de má reputação, talvez bordel, para embaraço de ambos. O homem comum, que sempre alimentara uma ideia elevada acerca do artista, fica horrorizado ao encontrar um deles num tal lugar – «O quê! Você aqui amigo? Você num lugar como este, você que come ambrósia e bebe quintessências! Estou espantado». O Poeta replica, explicando-se – «Meu amigo, sabe como me aterrorizam os cavalos e os veículos? Bem, agora mesmo atravessava a avenida com muita pressa, chapinhando na lama, no meio do caos, com uma morte galopando na minha direção, vinda de todos os lados, quando fiz um movimento brusco e o halo me caiu da cabeça, indo parar ao lodaçal de macadame. Estava demasiado assustado para o apanhar.», (*ibid*:170).

A avenida arranca ao ser o controlo do espaço por onde antes se movia à sua escolha. Obriga-o a “movimentos bruscos” e com isso ocorre algo que espanta o homem comum: o artista (e aqui o artista assume as multitudes da “elevação” que poderia ser encontrada em outras figuras sociais) perde o halo. Essa perda, claro está, representa uma distinção que não mais existe. A mesma referência que, de acordo com Berman, se pode encontrar no *Manifesto Comunista* de Marx e Engels – “A burguesia arrancou o halo a toda a atividade humana até aqui honrada e encarada com reverente respeito. Transformou o médico, o advogado, o padre, o poeta, o homem da ciência em trabalhadores assalariados.”. A mercadorização das atividades humanas sob o novo modelo capitalista, citadino e burguês, comportou, portanto, uma transformação da percepção normativa das condutas sociais. Mas nesse processo a história impôs os seus moldes e é preciso não esquecê-la.

A avenida descrita por Baudelaire é o produto da ação do Barão Haussmann, o mentor da reforma urbana de Paris sob o jugo de Napoleão III. Entre 1853 e 1868, o “artista demolidor”, como ficou conhecido, traçou uma nova Paris, onde as avenidas largas surgiram em pleno coração da cidade, deslocando nessa ação milhares de habitantes. As avenidas respondiam à necessidade burguesa de acessos rápidos e eficientes, mas serviam também a uma urgência política. Na visão burguesa, as barricadas de 1848, que surgiram em ruas sinuosas e estreitas, não poderiam voltar a ter lugar, nem o centro da cidade poderia ficar à mercê de ser controlado, uma vez mais, pela classe trabalhadora. A avenida que se apresenta como uma via modernizadora, desprovida de fronteiras espaciais bem definidas, desenha-se, afinal, como uma fronteira social, que limita a ação de uns e facilita a reprodução de outros.

A ação do Estado neste processo foi intensa e estruturante. A possibilidade de revolta contra o seu poder central passou a ter, a partir dessa reconfiguração urbana, a avenida como fronteira e o controlo policial e militar como ameaça constante. O que viria a comprovar-se, seis anos depois do poema de Baudelaire, em 1871, ano da Comuna de Paris. O conflito como mola propulsora da história consubstancia-se numa nova arquitetura institucional, estabelecida pelos processos constituidores do Estado moderno. Essa transformação larga do exercício do poder deixa à vista uma fissura na análise produzida por Hegel, segundo a qual o Estado assume uma condição de totalidade consciente da sociedade, totalidade que se sustenta num plano acima dos

indivíduos, fazendo com que o conflito interno da sociedade se dissolva num fortalecimento dos organismos estatais a partir do distanciamento das relações materiais existentes. A inversão operada por Marx e Engels atinge os alicerces dessa concepção – o Estado é um produto das relações estabelecidas no seio da sociedade, variando na sua organização e estrutura consoante o contexto histórico e material em que se estabelece; os antagonismos e contradições das relações de produção impelem à criação do Estado como garante da reprodução da exploração de classe (Avineri, 1968:18). Nessa leitura, as avenidas de Haussmann são uma expressão da forma como o poder estatal lida com uma contradição inerente ao sistema, uma expressão que se consubstancia a partir do confronto no plano do espaço, da rua sitiada, da barricada que separa e expõe a divisão de classe aos olhos de todos.

A ação de Haussmann, se mais detalhadamente estudada, evoca também um processo particular da modernidade evocada por Berman: a confluência do sistema de crédito e do poder estatal, o que permitiu a superação da crise criada pela existência de capital excedente e de mão-de-obra paralisada. A ascensão do “nexo Estado-finanças” operou a associação de capitais acumulados durante séculos (capital agrário, comercial, fundiário) permitindo maximizar a sua circulação através da produção, ou seja, através da incorporação do trabalho assalariado. Os Boulevards de Haussman exemplificam esse movimento, pois empregaram milhares de trabalhadores e foram financiados por novas instituições de crédito, o Crédito Mobilier e o Crédit Immobilier dos irmãos Péreires (Harvey, 2011:52). O nexo Estado-finanças abalou desse modo as relações de propriedade e de acumulação de capital existentes (os produtos dos irmãos Péreires chocavam claramente com o antigo poder dos Rothschild) assim como elevou a interdependência do Estado e da finança a um novo nível⁴.

Esta sofisticação do sistema de Estado – não mais apenas armado de um aparelho fiscal-militar, mas igualmente dotado de um aparato político e ideológico capaz de legitimar as novas e complexas relações de produção – deu origem a um vasto campo de análise social. A *perspectiva liberal*, tal como expressada por John Stuart Mill (2001), é um exemplo da atenção particular concedida à nova concepção de soberania e à

⁴ Em 1868, quando o orçamento municipal de Paris e o Crédit Mobilier e Immobilier sucumbem à espiral especulativa, Napoleão III expulsa o Barão Haussman e lança a França numa guerra com a Alemanha de Bismarck em busca de uma salvação política da crise. A sua derrota abriu caminho à formação da Comuna de Paris, o último grande abalo do poder de Estado do século XIX (Harvey, *ibid*:138).

extensão de direitos políticos à coletividade social (incluindo o direito de voto). Essa extensão é, porém, bem definida a partir de um elemento: a propriedade⁵. O que dará origem, segundo esta corrente de pensamento, à separação entre dois enunciados – a política sob a forma de Estado e a economia sob a forma de produção e riqueza⁶. O acesso aos lugares de Estado, ou a possibilidade da sua escolha a partir do crivo popular, como é amplamente reconhecido, constituiu uma significativa parte da história política do século XX, sem que isso se tenha consubstanciado necessariamente numa disputa efetiva das relações de produção.

Retornemos agora à imagem de Alberto Asenjo, inabalável à porta do restaurante. Como podemos identificar os elementos aqui destacados? A fronteira da rua é própria dos novos movimentos contra a austeridade surgidos nos últimos dois anos e a ela voltaremos com mais detalhe adiante; nesta cena essa fronteira apresenta-se de forma objetiva. A mobilização do cerco ao parlamento é realizada pelas pessoas organizadas no espaço da rua, é, ao mesmo tempo, o movimento presente dos indivíduos unidos por um objetivo, assim como o fruto de um percurso de mobilização⁷. Nesse ato, a coletividade que se junta reivindica para a rua um novo espaço político, criticando o que se encontra dentro das portas do Congresso⁸. É, para todos os efeitos, um confronto com o Estado. A democracia representativa como pilar do sistema institucional (e como tal da reprodução do poder do Estado) é abalada por uma tentativa de deslegitimação do seu papel. A isso o Estado só pode responder com força, que é dupla, pois assenta na

⁵ Daí podermos encontrar, no século XIX, em pleno berço político do liberalismo – Estados Unidos e França – sistemas eleitorais que concediam direito de voto a apenas 3% e 1% da população, respectivamente.

⁶ Este debate sobre as funções do Estado conheceu um amplo desenvolvimento na segunda metade do século XX, destacando-se o debate protagonizado pelo estruturalismo (Althusser, 1972; Poulantzas, 1978) *versus* instrumentalismo (Miliband, 1984), que foi complementado por contributos de alcance multidimensional, desde logo Foucault e, mais recentemente, Charles Tilly (1985). Para uma análise detalhada desta produção Cf. Carnoy (1990).

⁷ As acampadas e assembleias populares são, por inerência, espaços sociais de ocupação do espaço público sem o estabelecimento de um critério excludente à participação; o “nós” estabelece-se heterogeneamente por oposição ao “eles” – Governo, Assembleia e sistema financeiro.

⁸ Esta manifestação gerou polémica e discussão acirrada mesmo dentro dos chamados “novos espaços de mobilização”, sendo classificada por muitos como “populista” e “antidemocrática”. Não é nossa intenção aqui tomar essa dinâmica valorativa como centro analítico nem nos estenderemos em ponderações de ordem normativa sobre o acontecimento. O foco é dirigido à forma como essa manifestação, que existiu, se encaixa num quadro maior de confronto social.

capacidade de falar em “nome da maioria que não sai às ruas” (poder simbólico) e a partir dela acionar os meios repressivos (sem quais não existiria como expôs Weber⁹).

O “uso legítimo da violência física” permite às instituições do Estado reconquistar o espaço da rua e quando isso acontece a coletividade contestatária se desfaz, o indivíduo perde-se na turba em busca de refúgio – “no meio do caos, com a morte galopando na minha direção, vinda de todos os lados”. À falta de abrigo na praça ou na avenida, o manifestante busca amparo no espaço privado, neste caso, no restaurante onde se encontra Alberto Ansejo. E a verdade é que a *violência* dirigida pelo Estado, a tropa de choque, pára na fronteira da rua, não avança para lá dela. O indivíduo em fuga que no espaço público se apresenta como um “peão lançado no turbilhão” reconquista um espaço privado para lá da rua e perante isso a força do Estado vacila. Podemos então conjecturar, no plano subjetivo, a existência da fronteira da propriedade, que mais do que a ação de Ansejo terá feito a violência física do Estado recuar. Concomitantemente, a transferência da rua para o privado retira ao coletivo o peso da ameaça; no interior de um restaurante que serve *paellas* o manifestante não mais oferece perigo ao processo de legitimação do Estado nem põe em causa, num primeiro plano, a reprodução das relações capazes de manter coesa a estrutura social.

Esta hipótese de leitura que aqui avançamos serve como mote para se pensar o *espaço* como uma esfera decisiva da análise dos novos processos de mobilização. A forma como essas mobilizações podem ser enquadradas à luz da herança produzida pelo movimento operário e os desafios que levantam às suas atuais organizações é o que nos dispomos a analisar de seguida.

O espaço do trabalho.

Na gênese do movimento operário a disputa pelo espaço é realizada no próprio local de trabalho, no chão da fábrica. Os artesãos ingleses, franceses e alemães da primeira metade do século XIX atacavam as máquinas procurando impedir a sua presença na produção. O *luddismo* nasceu da disputa do espaço de produção perante o processo de

⁹ Max Weber (2004) aponta para a dinâmica de legitimação presente no processo fundante do Estado moderno, construída a partir de uma racionalidade de cariz burocrática – da qual se afirma uma legitimação decorrente da autoridade legal – e pela especialização dos poderes de Estado baseada na conquista do *monopólio do uso legítimo da violência física num dado território*. O Estado como meio (de reprodução) mais do que como conteúdo.

mecanização que, segundo defendia este movimento, estava na origem da eliminação dos postos de trabalho. Apresentou-se como fenómeno limitado mas pujante na forma de atuação, alcançando por vezes um contorno de “negociação coletiva através do motim”, como explica Eric Hobsbawm (Piqueras, 1995:18). Décadas mais tarde, o amadurecimento das relações de classe originou o surgimento das primeiras formas de associação operárias, das quais se destacam as chamadas *Associações de Socorros Mútuos* – arquitetadas numa lógica de agremiação baseada na pertença ao ofício, estas associações delimitam-se pelo auxílio prestado ao associado em caso de acidente, morte ou carência.

No caso português destacam-se, na segunda metade do século XIX, a *Associação de Socorros Mútuos dos Empregados do Comércio e Indústria* (1854); a *União Fraternal dos Operários da Fabricação de Tabaco* (1867) que esteve na origem do jornal *A Voz do Operário* (Santos, 1981); a *Associação de Socorros Mútuos dos Empregados do Comércio de Lisboa* (1872), entre outras. Esta forma de associação, pelo seu carácter cooperativo e intraclassista assume uma característica de organização que vai para lá do próprio local de trabalho, procurando estabelecer uma influência setorial em escala regional e nacional. Aqui estaríamos ainda, contudo, perante uma reação defensiva ou “psicológica” às primeiras condições de industrialização, que buscava contrariar o espírito individualizador gerado pelas novas condições de produção (Costa, 2005:49). A individualização gerada *in loco* no espaço da produção levou à busca por um espaço de organização mais amplo, unificador do ofício.

Com a constituição da *Associação Internacional de Trabalhadores*, em 1864, o movimento operário alcança um novo patamar histórico. A Internacional, dirigida por Karl Marx, carregava consigo a herança das barricadas de 1848 e da farta produção teórica socialista das décadas anteriores. Pela primeira vez uma associação de trabalhadores se destina de forma proclamatória a um papel na transformação do mundo, pugnando por uma sociedade em transição capaz de apagar as opressões de classe. A ação coletiva dos trabalhadores alcançou assim latitudes mundiais, operando uma reconfiguração no escopo ideológico do *sindicalismo de classe* que viria a influenciar diferentes organizações e movimentos durante todo o século XX (Costa, *ibid*:54). O espaço do trabalho reflete, nesta visão, uma relação mais ampla, consignada às formas estruturais de produção e reprodução da relação capital-trabalho. O

movimento operário foi, assim, confrontado com a necessidade uma organização em escalas variáveis, que se pudessem estabelecer desde o local de trabalho até à formação de um partido comunista dos trabalhadores que se batesse pela transformação sistémica da sociedade.

Pese embora as lutas intestinas da I Internacional terem resultado na sua dissolução, a força deste modelo internacional prevaleceu durante toda a *Era dos Impérios*, como lhe chama Hobsbawm (1994). A constituição da II Internacional, em 1889, que foi alavancada pela construção de fortes partidos operários – cujo caso mais exemplar é o do *Partido Social Democrata da Alemanha*, que chegou a ter mais de cinco milhões de filiados – correu a par de uma crescente onda de conflito social, que se desdobrou em greves e cenários de confrontação, atingindo o seu pico no período 1910 – 1920: Berlim (1910), França (1911), Rur (1912), Grã-Bretanha (1910-1915), Rússia (1917-1918), e um pouco por toda a Europa no pós-Primeira Guerra (1919-1923) (Louçã, 2008).

Este período regista igualmente mudanças estruturais nas formas de produção. O conjunto de inovações das técnicas do saber produtivo que viria a ser conhecido por *taylorismo*, apesar de nunca ter sido aplicado por uma empresa na sua totalidade, moldou uma grande transformação na produção capitalista, influenciando de forma decisiva os processos e as relações de produção¹⁰. O modelo fordista de produção – que elevou o taylorismo a outra dimensão societal posto que influenciou as próprias relações de consumo – comportou nos anos seguintes uma reconfiguração intensa na reprodução da classe operária. António Gramsci (1980) falaria mesmo numa *revolução passiva*, capaz de reproduzir os mecanismos de legitimação no próprio local de trabalho, assim como de definir um novo modelo de reprodução de mão-de-obra a partir da sua fixação geográfica e da adopção de uma ética asceta da conduta operária (*e.g.* Lei Seca nos E.U.A).

¹⁰ Coriat (1976:110) interpreta o taylorismo como um método de organização do trabalho que está longe de ocupar uma posição de neutralidade social e política, pois obedece a uma necessidade de ultrapassar o atraso das formas de produção que limitam a acumulação de capital, recorrendo para tal aos princípios do que Taylor classifica como “direção científica”. Esta última baseia-se na existência de uma direção que sistematiza a execução de cada elemento do trabalho, estendendo a divisão entre concepção e execução da tarefa até à divisão da execução nos seus elementos mais simples. É na retirada do saber técnico da esfera de controlo dos trabalhadores que reside o principal objetivo dos que adoptam o taylorismo – a existência de uma relação de forças estabelecida entre os detentores do capital e os que dispõem do “saber-fazer” percebe-se através do grau de resistência por parte dos que trabalham em acatar as ordens de produção, que se torna mais intenso quando estes controlam e herdaram a acumulação do saber prático por via oral e experimental.

Com a constituição da *III Internacional Operária* (1919), dirigida pelo novo regime soviético, o movimento sindical internacional assumiu um modelo bipolar, com a *Federação Sindical Internacional* (FSI), fundada em 1913, a adquirir uma linha mais corporativa e reformista em oposição à postura revolucionária da *Internacional Comunista*. Esta bipolarização subsistiria, com variações consideráveis, por muitos anos, marcando uma fase de submissão da linha sindical a uma dimensão política maior, atrelada ao próprio Estado-nação¹¹. Esse será ainda o quadro do pós-Segunda Guerra, com a constituição, em 1949, da *Confederação Internacional dos Sindicatos Livres* (CISL), marcadamente anticomunista e em regime de oposição à *Federação Sindical Mundial* (1945), organização de orientação comunista cuja influência se estendia até a alguns sindicatos do bloco ocidental (Costa, *ibid*:225).

No cenário europeu estas organizações sindicais foram fortemente influenciadas pela adoção de dinâmicas fordistas de produção, o que correu a par com o fortalecimento de uma política social-democrata assente em partidos com fortes ligações à classe operária. Seria o início dos chamados “trinta gloriosos” anos de crescimento e desenvolvimento do capitalismo, durante os quais se estabeleceu um novo equilíbrio nas relações de produção, com a institucionalização dos conflitos laborais a ser acompanhada pelo elevar dos níveis salariais e pela expansão dos mecanismos de providência estatal. Um tempo no qual a ação do Estado é, uma vez mais, marcante e definidora das relações laborais, tal como sintetiza Harvey (1993:125):

“(...) o Estado teve que assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve que ajustar as velas em certos aspetos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativas ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção. O equilíbrio de poder tenso mas mesmo assim firme, que prevalecia entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-Estado, e que formou a base do poder da expansão do pós-guerra.”

Este é, portanto, um período no qual a fixação dos trabalhadores em postos de trabalho por um longo prazo (baixas taxas de desemprego), o alargamento dos direitos laborais e a desmercadorização de algumas atividades sociais (saúde, educação),

¹¹ Essa tendência é particularmente intensa nos casos de beligerância estatal iminente, tal como presente na constituição das frentes populares em França (1935-1938) e Espanha (1936).

beneficiaram um fortalecimento da organização coletiva dos trabalhadores. Neste período os sindicatos conheceram um afluxo de filiações e assumiram um papel fortalecido nas negociações coletivas.

O abalo neste equilíbrio ocorre a partir da crise de superprodução, alavancada pelo choque petrolífero de 1973/1974. A incapacidade de manter as taxas de lucro em níveis elevados e a iminência de uma recessão advém no final de uma onda contestatária global. Do Maio francês ao Abril Português, novos atores políticos surgem no mapa das mobilizações, reconfigurando o papel social atribuído ao trabalho e aos seus agentes. O aparecimento de *novos movimentos sociais*, como o movimento contra a guerra do Vietname, o movimento ambientalista, a nova vaga feminista ou o movimento LGBT, reavivam outras dimensões analíticas do sujeito social, que se estabelecem para lá da pertença profissional ou de classe. Concomitantemente, a desmontagem do modelo fordista opera-se na construção de novos processos de organização do trabalho: a internacionalização e intensificação das trocas comerciais, a partir do surgimento de novas áreas de produção (tecnologia e informação) e da financeirização da economia, impõem uma mudança nos padrões de desenvolvimento; as grandes corporações começam uma aposta na segmentação da produção a partir do surgimento de novos polos geográficos de produção e da aceleração das decisões de investimento e distribuição. A *acumulação flexível* institui-se como novo regime produtivo.

Autores como Antunes (1995) e Alves (1999) identificam nesta transformação a génese do surgimento e rápido crescimento das chamadas formas precárias de emprego – contratos a termo, trabalho temporário, falso trabalho independente. A rotação intensiva de trabalhadores, o recurso à terceirização da produção e o aumento estrutural do desemprego foram acompanhados, segundo estes autores, por uma heterogeneização da classe trabalhadora, a par com a diminuição do peso de sectores tradicionais (indústria, agricultura) nos países do capitalismo avançado. As alterações às leis laborais, realizadas sob os auspícios da nova ordem neoliberal da década de oitenta, originaram, por sua vez, a desconstrução dos modelos coletivos de contratação, impondo um vínculo individualizado e, na maioria das vezes, instável a uma parcela considerável de trabalhadores. No contexto europeu, esta dinâmica de transformação desembocou no surgimento do *precariado* – contingente de trabalhadores formado por jovens adultos, muitos dos quais altamente escolarizados, que aliam a condição de

instabilidade contratual e degradação salarial à diminuição acelerada dos seus direitos sociais – uma “*nova camada da classe social do proletariado urbano*” tal como classifica Giovanni Alves (2013).

A reacomodação da produção, fracionada no tempo e espartilhada nos seus componentes, realiza-se tendo como alicerce social a rotação dos trabalhadores. A permanência do trabalhador no espaço de trabalho é permanentemente evitada e combatida. O trabalhador extirpado da sua condição de produtor perde nesse processo a sua capacidade coletiva de organização, a mobilização arreigada no mundo do trabalho perde as suas raízes. Os sindicatos têm, neste novo contexto, enfrentando dificuldades patentes, registando uma grande diminuição na sua filiação e vendo o seu peso político diminuir perante os novos ajustes sociais sustentados na política de austeridade e de rebaixamento dos salários. Em Portugal, assim como na Europa, num tempo em que os vínculos de trabalho primeiramente identificados como atípicos se vão transformando em norma, num processo conducente à precariedade laboral generalizada (Estanque, Costa, 2012), impõe-se a questão de perceber até que ponto o campo dos trabalhadores (e no seu seio o movimento sindical) é capaz de construir uma resposta mobilizadora e representativa, reivindicando a sua condição de movimento social transformador.

Duas hipóteses para pensar as novas mobilizações.

Como vimos atrás, da Praça *Tahir* ao *Zuccotti Park*, passando pelas acampadas espanholas e os protestos anti-troika em Portugal e na Grécia até às manifestações contra o preço dos transportes públicos no Brasil, são múltiplas as participações sociais e superam-nas em número as variantes dos protestos e das reivindicações apresentadas neste último biênio. Mas não é por descuido que algumas análises enquadram estes novos momentos de mobilização social num contexto mais amplo, que parte da crise estrutural deflagrada pela falência da financeirização económica em 2007/2008, para aportar num continuum de protesto coletivo, comunicante e, até certo limite, unificador (Estanque, Costa, Soeiro, 2013).

A nossa primeira hipótese é que essa comunicação se estabelece, primeiramente, pelo modo que estas mobilizações ocupam o espaço, que é, desde logo, o espaço da rua.

Se no caso das manifestações portuguesas (*12 de Março-Geração à Rasca; 15 de setembro e 2 de Março-Que se Lixe a Troika*) a rua é o palco temporário de reivindicações que conhecem uma existência política mais longa – o 15 de Setembro condicionou a ação do Governo durante meses (proposta da TSU) e o 12 de Março ainda hoje faz correr estas palavras – nas acampadas do Estado espanhol, nas praças gregas, no *movimento occupy* e, principalmente, nas praças árabes o espaço não conhece o “retorno à normalidade”, ele permanece ocupado como tentativa de criação e prolongamento do protesto. A forma como esse protesto se estabelece será determinado por outros elementos decisivos para o seu desfecho (queda das ditaduras no mundo árabe; desmobilização no Estado espanhol), mas a criação de uma cultura comunicativa apoiada na internet, que dissemina as convocatórias e estabelece canais de comunicações globais apresenta-se como uma característica transversal a estes movimentos. Este espaço duplo do protesto (espaço físico e espaço virtual) tem na rua a sua medida principal, a propagação do protesto será mais intensa quanto maior a dimensão de uma manifestação localizada, mas depende também da eficácia da sua difusão pelas vias de comunicação, num processo de clara disputa simbólica e política.

A segunda hipótese diz respeito a *quem* ocupa o espaço e por que o faz. O leque de variâncias é largo: no caso dos *occupy* a mira é apontada ao 1% e o movimento reivindica-se, matematicamente, representante dos 99%: a *wall street* contra a *main street*; nos indignados espanhóis a reivindicação por mais participação e uma democracia real ocupa uma posição central; o movimento anti-troika em Portugal refere claramente uma recusa das medidas de austeridade e uma defesa do emprego e dos salários. O certo é que, sobretudo no contexto europeu, podemos apontar para a confluência de um elemento comum, que tem se estabelecido a partir do combate às medidas de austeridade e à crescente onda de autoritarismo político imposto pelo diretório europeu. Estaremos, portanto, perante um retorno das reivindicações materialistas, estabelecidas por uma mobilização díspar dos movimentos pós-materialistas das décadas de sessenta e setenta, tal como argumentam Estanque, Costa e Soeiro. O que nos leva a uma leitura por oposição (a nossa segunda hipótese): estes novos momentos de mobilização surgem num tempo histórico de avançada desarticulação das redes tradicionais de organização dos trabalhadores, desde logo a sindical, denotando por isso uma menor capacidade de se constituírem como um

movimento social dotado de um princípio de identidade¹² sólido. No entanto, estes espaços atraem com maior eficácia uma parte significativa da classe assalariada (os que vivem do trabalho como diria Ricardo Antunes), potenciando uma dinâmica de protesto e confronto para lá da fronteira clássica de ação (greves e protestos sectoriais).

Esta hipótese não fecha estes processos numa dinâmica castradora das suas capacidades, procura antes situar na história o seu acontecimento, destacando que ocorrem num momento de fragilidade do movimento sindical de massas (ao contrário do ocorrido no Maio de 68) perante uma transformação em curso do pacto social europeu do pós-guerra. O ressurgimento do mote materialista dos protestos – mais emprego, mais salários, menos precariedade – confronta as lideranças e questiona a representação do campo do trabalho perante um regime de delapidação social.

Conclusão

O espaço da cidade, onde encontramos as fundações históricas da industrialização e da modernidade, não se fechou por completo à possibilidade de organização dos que nela habitam. Por mais intenso que tenha sido o processo de gentrificação nos principais centros urbanos do capitalismo avançado é ainda na cidade que as trocas sociais e os processos estruturais capazes de definir a relação de forças políticas têm lugar. Ao analisarmos a evolução da relação que os trabalhadores, como coletivo, estabeleceram com o espaço, vemos que o retorno à rua não é descabido de sentido. Num tempo em que o desemprego jovem ultrapassa todos os valores antes conhecidos, a criação de redes de organização em torno do espaço público (manifestações, acampadas, assembleias populares) expressam uma negação e uma recusa do espaço privado e individualizador a que são remetidos os desempregados. À falta do chão da fábrica, do piquete de greve ou da representatividade de uma associação profissional, a rua surge como a via possível.

As fragilidades, insuficiências e oscilações reivindicativas destes movimentos são próprios do período inaugural que estabelecem no campo dos protestos. E pese embora alguma crítica velada que lhes é dirigida por parte do campo tradicional de organização (sindicatos, partidos), o certo é que estes novos sujeitos já estabeleceram, com sucesso,

¹² Na conceptualização apresentada por Touraine (1984).

dinâmicas políticas de influência significativa. O recuo da TSU em setembro de 2012 e a deterioração continuada da popularidade do Governo no período que se seguiu à manifestação de 2 de março deste ano, constituem exemplos de como, no caso português, seria um erro não valorizar estas novas dinâmicas do protesto. Estas serão condicionadas, nos próximos anos, pela evolução política do próprio país, não sendo imune, claro está, às opções organizativas dos seus próprios atores. Resta agora observar se as vias estreitas por onde se movem estas escolhas poderão dar lugar a avenidas largas, onde, ao mínimo toque, o halo da austeridade poderá ir parar ao lodaçal.

BIBLIOGRAFIA

- ALHUSSEER, Louis (1972), *Pour Marx*, Paris: Maspero.
- ALVES, Giovanni (1999), *Trabalho e Mundialização do Capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização*, Londrina: Praxis.
- ALVES, Giovanni (2013), *Dimensões da Precarização do Trabalho*, São Paulo: Editora Práxis.
- ANTUNES, Ricardo (1995), *Adeus ao Trabalho: Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*, São Paulo: Cortez.
- ARENDDT, Hannah [1951(2006)], *As origens do totalitarismo*, Lisboa: Dom Quixote.
- AVINERI, Shlomo (1968), *The Social and Political Thought of Karl Marx*, Cambridge: Cambridge University Press.
- BERMAN, Marshal (1982), *Tudo o que é sólido se dissolve no ar*, Lisboa: edições 70.
- CARNOY, Martin (1990), *Estado e Teoria Política*, São Paulo: Papyrus.
- CORIAT, Benjamim (1976), *Science, Technique et Capital*, Paris: Edition du Seuil.
- COSTA, Hermes Augusto (2005), *Sindicalismo global ou metáfora adiada? Os discursos e as práticas transnacionais da CGTP e da CUT*, Coimbra: FEUC.
- ESTANQUE, Elísio; COSTA, Hermes Augusto (2012), “Trabalho, precariedade e movimento sociolaborais”, in Casaca, Sara Falcão (org.), *Mudanças Laborais e Relações de Género: novos vetores de (des)igualdade*. Lisboa/Coimbra: Almedina.
- ESTANQUE, Elísio; COSTA, Hermes Augusto; SOEIRO, José (2013), “The New Global Cycle of Protest and the Portuguese Case” in *Journal of Social Science Education*, vol.12, nº1, pp. 31-40.
- GRAMSCI, António (1980), *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HARVEY, David (1993), *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, São Paulo: Loyola.
- HARVEY, David (2004), *Spaces of Hope*, Berkeley e Los Angeles: California: University Press.
- HARVEY, David (2011), *O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo*, São Paulo: Boitempo.
- HOBBSBAWM, Eric (1994), *The Age of Empire*, Londres: Abacus.

- LOUÇÃ, Francisco (2008), "A expressão do trabalho na história do capitalismo", in *Janus 2008 – O que está a mudar no trabalho humano?* disponível aqui: http://janusonline.pt/2008/2008_4_2_1.html [data de acesso: 11.01.2013].
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich [1982 (1847)], *O Manifesto do Partido Comunista*, Rio de Janeiro: Edições Sociais
- MILIBAND, RALPH (1984), *Class Power and State Power*, Londres: Verso.
- MILL, John Stuart [2001 (1863)], *Utilitarianism*, Ontário: Batoche Books.
- PIQUERAS, José António (1995), *O Movimento Operário*, Porto: Campos das Letras.
- SANTOS, Fernando Piteira (1981), "A fundação de «A Voz do Operário» – Do «abstencionismo político» à participação no «congresso possibilista»" in *Análise Social*, vol.XVII (67-68), pp.681-693.
- POULANTZAS, Nicos (1978), *State, Power, Socialism*, London: NLB.
- TILLY, Charles (1985), "War Making and State Making as Organized Crime", in Peter Evans; Dietrich Rueschemeyer; Theda Skocpol (ed.), *Bringing the State Back*, Cambridge: University Press.
- WEBER, Max [2004 (1920)], *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*, vol.II, São Paulo: UNB.